



A relação entre educação e desenvolvimento já foi profundamente comprovada por órgãos nacionais, como o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e internacionais vinculados às Nações Unidas, como Cepal, Unesco e Unicef. Todos alertam para os riscos de não se investir na educação como condição para deter o aumento das desigualdades e o avanço da pobreza. Bernardo Kliksberg, a partir de dados do Cepal e do BID, demonstra esta relação analisando a situação da América Latina onde a brecha de escolaridade ente os 10% mais ricos e os 30% mais pobres é de pelos menos sete anos de estudo. No caso do Brasil, estudo do Ipea de 2002 demonstra que "o impacto de um ano extra na escolaridade média da população deve aumentar a taxa de crescimento anual da renda per capita em 0,35 ponto percentual."

Entretanto, mesmo com todos os estudos comprobatórios, a relação entre educação e desenvolvimento ainda não foi assumida como premissa pelos governos brasileiros. Apesar de termos melhorado os indicadores de acesso de crianças e adolescentes à escola, ainda amargamos com indicadores que denunciam uma escola pública que retém com dificuldade seu aluno e que em inúmeras regiões e localidades do país não consegue promover um conhecimento de qualidade. Constantemente nos deparamos com casos de crianças e adolescentes que, apesar de já terem concluído o ensino básico, ainda possuem profundas dificuldades de escrita, leitura e compreensão de textos simples.

Levar crianças, adolescentes e jovens para dentro da escola é um esforço fundamental que deve ser exercido não apenas pelos governos mas por toda a sociedade, entretanto será um esforço em vão se não houver mudanças na qualidade do ensino oferecido por esta escola. Para isto é fundamental que a educação deixe de ser prioridade apenas nos discursos que antecedem as campanhas eleitorais e passe a ser prioridade no investimento de recursos. Atualmente o Brasil investe apenas 4,6% do PIB em educação. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação estima que o investimento mínimo necessário deveria de ser pelo menos de 7%.

Garantir qualidade na educação significa além de melhorar os salários de professores, investir maciçamente na formação continuada destes profissionais e na construção de projetos políticos pedagógicos mais voltados para as necessidades e características específicas de cada comunidade escolar; investir na construção e equipamento de bibliotecas e salas de leitura com acervos variados e planos de incentivo à leitura; investir em laboratórios de ciências e informática e ações que ampliem o universo cultural do jovem e lhe permita produzir novos conhecimentos sobre sua vida e comunidade, garantindo assim, que os conhecimentos de sala de aula tenham sentido na vida do aluno.

Não é mais possível pensar uma escola de qualidade cujas ações não estejam articuladas com a realidade de seus alunos. Segundo dados do INEP de 2004, na região da Baixada Fluminense, onde está concentrada 30% da população pobre do estado do Rio de Janeiro, mais de 80% dos jovens matriculados nas primeiras séries do ensino médio estão atrasados em relação a sua idade. Isto representa um grupo significativo de alunos, cuja característica principal é uma realidade econômica familiar que os obriga a se inserir o mais rápido possível no mercado de trabalho. Para estes alunos, é uma tarefa árdua concluir os estudos considerando todas as dificuldades do dia a dia.



Para os que conseguiram encontrar algum tipo de ocupação, a dificuldade é ainda maior. O cansaço do trabalho, o trajeto desgastante até a escola, a alimentação inadequada, somados a um ensino pouco atrativo que não dialoga com sua realidade e uma escola pública sucateada de equipamentos e recursos faz com que muitos se sintam desestimulados e optem por abandonar os estudos. Por outro lado, esta massa de jovens que decide abandonar a escola ingressa em um círculo vicioso de subempregos que não lhes provem o mínimo necessário para uma vida digna e que acentua ainda mais as desigualdades sociais.

Além de serem colocados à margem de melhores possibilidades de renda, os jovens sem acesso a uma educação de qualidade ainda se colocam à margem do exercício de uma cidadania plena. O que para Markus Brose significa privá-lo da "participação na vida social, econômica e política."

Entretanto, apesar deste quadro, é estimulante observar o esforço de muitas escolas públicas que, como Dom Quixotes, tentam por meios próprios e com a parceria com a comunidade lutar contra a má qualidade na educação. São inúmeros os exemplos e casos de escolas públicas que estão conseguindo melhorar indicadores de rendimento por meio de ações variadas que, se fossem valorizadas e incorporadas às políticas públicas, poderiam fornecer escala em seus resultados.

Observamos, assim, que muito do que precisamos em termos de inovação metodológica para melhorar a educação no país já foi produzido e o que falta apenas é um pacto nacional para garantir a priorização de investimentos. Significa não apenas o esforço dos governos federal, estaduais e municipais em rever suas aplicações orçamentárias mas de toda sociedade em exigir esta priorização. Caso contrário, o desenvolvimento e o fim da pobreza serão eternas Dulcinéias por quem dedicaremos a vida em sonhos mas a quem nunca conquistaremos em razão.

**José Cláudio Barros gerente de programas da CARE Brasil, mestre e doutor em Ciência da Informação (ECO-UFRJ/IBICT-MCT).*

Bibliografia para consulta e referência:

1. Kliksberg, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001;
2. BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. Pelo fim das décadas perdidas: Educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Texto para discussão 857. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
3. BROSE, Markus. Desenvolvimento Local. Uma conceituação empírica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
4. Campanha Nacional pelo Direito à Educação www.campanhaeducacao.org.br